

POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ: UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS E O TRABALHO DA PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA

Maria Cristina Elias Esper Stival
Universidade Tuiuti do Paraná,
cristinaelias@terra.com.br

Resumo: O artigo objetiva analisar as políticas públicas do Estado do Paraná sobre o Programa da Patrulha Escolar Comunitária, que foi implantado nas escolas públicas estaduais em virtude dos índices de violência. A questão levantada foi: Como as políticas públicas estaduais estão atendendo à questão da violência nas escolas no Estado do Paraná? Para a coleta dos dados, utilizou-se a observação sistemática e não participante do ambiente escolar, análise documental e leis vigentes. Na pesquisa de campo, destacou-se a organização do trabalho pedagógico em duas Escolas públicas estaduais de educação básica, localizadas na região de Curitiba-Paraná. A análise dos dados, aliada aos pressupostos teóricos, que propiciou uma compreensão do conjunto de relações sociais que fundam as situações de violência, bem como conhecer e analisar as políticas públicas implantadas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná em parceria com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, na gestão 2003-2006. Os resultados da investigação apontaram que a escola pública reconhece a importância da ação da polícia nestes espaços e desconhece as possíveis implicações que vem sofrendo a partir dessa ação. O espaço escolar tem que conviver com as consequências do conjunto de relações da sociedade capitalista que não assegura condições de sobrevivência à classe trabalhadora nem consegue propor alternativas para superar tal realidade. Na dinâmica escolar prevalece a “cultura do medo”, uma vez que a escola utiliza elementos coercitivos e autoritários para lidar com determinados problemas da prática educativa. O estudo evidencia a necessidade de uma análise que norteie as ações educativas dos profissionais da educação como sujeitos transformadores e intelectuais.

Palavras-chave: violência escolar; políticas públicas; polícia; escola pública.

Dados levantados da pesquisa

Durante a realização da pesquisa foi possível observar o espaço escolar, a fim de obter as primeiras impressões, ao caminhar pela escola e nas conversas com alunos e funcionários, bem como, na aplicação dos questionários em sala de aula. A diretora da escola¹ X estava na vice-direção nos últimos anos e atualmente exerce o cargo de diretora eleita pela comunidade escolar e que se apresentou solícita na realização da pesquisa. A escola atendeu no ano letivo de 2006 um total de 1.471 alunos do ensino fundamental e médio nos três turnos manhã, tarde e noite. Os dados da arquitetura do prédio que foi construído em 1998, numa área de 2.103,00 m², tem uma viatura da Patrulha Escolar da região². Possui sala da direção, secretaria, sala dos pedagogos, sala dos professores, biblioteca, laboratórios de informática e física, cozinha, 14 salas de aulas, depósito, almoxarifado, sala de educação física e pátio coberto que estava em processo de construção.

A escola X, localiza-se em zona urbana, na região de Curitiba, bairro pobre da periferia da cidade, bem distante do centro, que faz parte do núcleo regional de Curitiba, apresenta um cenário considerado violento e perigoso, retratado pelos jornais com a manifestação de jovens para pedir mais segurança através de cartas escritas em sala de aula e encaminhadas para a redação do jornal de circulação. “ *Estamos vivendo numa Rocinha camuflada*” (Cosme, aluno do 1º ano do Ensino Médio). Fatos como morte de adolescentes são citados pela população como algo a ser destacado.

A escola apresenta uma proteção do terreno com muros altos, algo que chamou atenção da pesquisadora na visita no início da pesquisa de campo, com a intenção de entregar o documento de autorização para pesquisa de campo, assinado pela professora Ivelise Freitas de Souza Arco-Verde da SEED. Os muros extremamente altos com uma só entrada e saída dos alunos; a pintura branca aparecia a cada visita com novas pichações. No fundo da escola há um Posto de Saúde da Prefeitura Municipal de Curitiba onde não há grades nos muros, somente na parte que compete à escola. Na frente da escola, há um senhor vendedor de doces que durante todos os dias da visita estava trabalhando no local. Para entrar na escola é preciso aguardar a funcionária abrir a grade de ferro, sendo que a entrada só é permitida após identificação. A secretária atendia a comunidade através de uma janela e na outra sempre havia uma fila de mulheres para recebimento do leite³ ofertado pelo Governo do Estado do Paraná. O prédio escolar tem marcas de pichações e depredações, que na realidade já passaram por melhoria e manutenção, mesmo assim para entrar no local a pessoa sempre é encaminhada pela funcionária que solicita identificação de cada um.

No primeiro contato a pesquisadora foi encaminhada à direção auxiliar para conversar sobre a pesquisa, depois houve um encontro com o pedagogo que já acentuou que não havia violência na escola. Durante a conversa informal tratou-se de assuntos de violência na região e da banalidade dos fatos encarados pelos alunos. A pesquisadora, enquanto observava o recreio e o espaço destinado às atividades recreativas (ping-pong, futebol, três Marias e conversas entre alunos), conversou com duas alunas que estavam sentadas; elas relataram alguns fatos que acontecem no horário da tarde.

Os problemas que a Escola X estava enfrentando com relação ao espaço físico são apontados pela Patrulha Escolar como instalações físicas inadequadas: a intervenção da polícia seria de acentuar aspectos da escola que necessariamente deveriam passar por modificações, a fim de garantir um espaço mais seguro a toda a comunidade escolar.

Já na escola Y, construída em 1968, que atualmente atende 1.667 alunos do ensino fundamental e médio, com funcionamento nos períodos da manhã, tarde e noite, a direção realiza um trabalho há aproximadamente 10 anos e participou da implantação do programa da Patrulha Escolar Comunitária.

Esta escola está construída numa área de 2.726 m² num terreno de 5.720,55m² e possui sala da direção, secretaria, sala da orientação e supervisão, sala dos professores, biblioteca,

laboratórios de informática e física, cozinha, 27 salas de aulas, sanitários, depósito, almoxarifado; sala de educação física e de arte e cancha coberta que estava em construção e com atraso na obra.

Percebe-se que no espaço desta instituição ocorreram modificações nas instalações internas: na entrada as pessoas passam pela orientação educacional, que fica encarregada de encaminhar aos respectivos segmentos. O trabalho pedagógico na rede estadual propõe o pedagogo–professor⁴ que articula e assessora a organização do trabalho pedagógico. Neste sentido, a instituição realiza a fragmentação do setor pedagógico para melhor atendimento da comunidade escolar.

No primeiro contato com a escola o carro da Patrulha estava fora sem policiais é desconhecido o motivo dos mesmos naquele local. Entrando na escola a secretária encaminhou a pesquisadora para sala da direção para conversar com a direção auxiliar que estava com diversos alunos ajudando-a em uma atividade. A diretora leu rapidamente o documento e pediu para aguardar que iria chamar a supervisora, que desempenha seu papel há muitos anos na escola.

No atendimento, esta explicou alguns fatos entendidos como violentos ocorridos na escola e principalmente nos últimos anos e que a diretora havia participado do grupo de discussão sobre os diversos incidentes violentos ocorridos nas escolas públicas. Conforme a diretora,

“Esta escola foi uma das pioneiras deste projeto, inclusive no primeiro ano de funcionamento do projeto a escola tinha policiais militares em todos os turnos de funcionamento, acompanhando a rotina escolar.” (pedagoga da escola Y)

Ela explicou que a escola faz a divisão do trabalho pedagógico e que as orientadoras educacionais é que chamavam a Patrulha nos casos de violências. A supervisora relatou da invasão da escola como um dos fatores que desencadeiam a violência, bem como famílias desestruturadas cujos filhos estão nas escolas públicas.

No término da visita, havia meninas conversando na entrada da escola com a intenção de efetuar um disfarce, que chamou atenção da pesquisadora, pois a finalidade era de brigar na saída, sem que a vítima reconhecesse a agressora.

TABELA 3 - ÍNDICE REFERENTE À FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS PESQUISADAS

<i>FORMAÇÃO</i>	<i>FRE.</i>	<i>ESCOLA X</i>	<i>FRE.</i>	<i>ESCOLA Y</i>
Pós-graduação	6	11,8%	24	47,1%
Licenciatura plena	43	84,3%	25	49,0%
Não licenciado	2	3,9%	2	3,9%
TOTAL	51	100%	51	100%

Fonte: Extraído do portal da Educação - 2006.

Dos professores da escola X que lecionavam, 11,8% têm pós-graduação na sua área, 84,3% licenciatura plena e 3,9% dos professores não são licenciados. Já na escola Y, tem 47,1% dos professores têm pós-graduação e a 49,0% com licenciatura plena e também apresenta o mesmo índice da escola X, 3,9% de professores sem licenciatura, que seriam os professores contratados que estão cursando a graduação. Nota-se que na segunda escola a metade dos profissionais possuem uma formação *lato sensu*, conforme a exigência do governo do Estado⁵. Para os professores, é uma forma de formação continuada e também de busca de melhores salários, como está previsto no Plano de Cargos e Carreiras do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

Os questionários foram repassados para alguns professores escolhidos e que estavam disponíveis na hora-atividade⁶, a fim de evitar atrapalhar seu trabalho de sala de aula, pois havia a informação de que os professores deveriam ser notificados antes de entrar na sua sala de aula. Desta forma, a aplicação dos questionários aos alunos foi sempre realizada com a autorização do professor(a) e aplicado pela pesquisadora.

Já apontado na tabela 1 entre os alunos que participaram do preenchimento do questionário destaca-se o gênero feminino 72% na escola Y e na escola X com 57%, na faixa etária de 14 à 25 anos. Já na escola X tem 43% do gênero masculino e na escola Y 28% que responderam o questionário.

Com relação aos problemas levantados pelos alunos nas escolas pesquisadas percebe-se que existe grande preocupação com a organização do espaço educacional no que se refere à violência, as brigas e à necessidade de garantir segurança. Outros fatores são as condições materiais que enfrentam as escolas, sem recursos financeiros para efetivar determinados programas extra-curriculares.

TABELA 4 - LEVANTAMENTO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DAS ESCOLAS

<i>PROBLEMAS</i>	<i>FRE.</i>	<i>%</i>	<i>FRE.</i>	<i>%</i>
Brigas	15	17,6%	24	28,2%
Segurança	5	5,8%	14	16,4%
Violência	11	14,1%	3	3,5%
Falta de entendimento entre os alunos	7	8,2%	1	1,2%
Desrespeito entre os professores e funcionários	4	4,7%	2	2,4%
Relação professores e alunos	2	2,4%	3	3,5%
Estrutura material precária	2	2,4%	9	10,5%
Falta de educação	2	2,4%	0	0
Falta de patrulhamento	3	3,5%	3	3,5%
Merenda escolar	1	1,2%	1	1,2%

Preconceito	1	1,2%	0	0
Esgoto	1	1,2%	2	2,4%
Conscientização	1	1,2%	0	0
Vandalismo, roubo, pichações	2	2,4%	2	2,4%
Muita lição	1	1,2%	0	0
Pouco diálogo	1	1,2%	0	0
Falta de disciplina	5	5,8%	9	10,5%
Falta de estímulo	3	3,5%	1	1,2%
Tráfego	1	1,2%	0	0
Falta de professores	0	0	2	2,4%
Drogas e prostituição	0	0	1	1,2%
Muitos problemas	3	3,5%	2	2,4%
Aquecedor	1	1,2%	0	0
Está ótimo	1	1,2%	2	2,4%
Não responderam	11	12,9%	4	4,7%
Total	85	100%	85	100%

Fonte: Dados extraídos da pesquisa de campo.

A falta de manutenção dos prédios é uma forma de violência inerente nestes espaços e que interfere na dinâmica escolar. A situação encontrada confirma as observações de Candau:

Para além da manutenção precária dos prédios escolares, a própria construção deste é um sinal da referida desvalorização. Muitas vezes, os prédios escolares são construídos às pressas, com o objetivo de aumentar o número de vagas oferecidas em determinada comunidade e/ou com fins de propaganda política e, neste caso, sem o devido cuidado tanto no que se refere ao material empregado com as técnicas de construção. Uma visita a alguns destes prédios pode nos revelar, por exemplo, ralos que não estão ligados a um sistema de esgoto, tomadas sem conexão com a rede elétrica, pisos que se deterioram em contato com água e muitas outras irregularidades que vão desde “ingênuos enganos” até falhas que podem pôr em risco a integridade dos alunos, professores, funcionários, tais como janelas inadequadamente colocadas, rebocos soltos, degraus da escada quebrados etc. (CANDAU, 2001, p.43)

A estrutura física e as condições materiais de saneamento, limpeza e pintura da escola são fundamentais para o bom funcionamento do sistema de ensino público, porque a limpeza e a beleza geram condições de confiança e bem-estar, enquanto o abandono da estrutura física torna-se um dos aspectos do descaso em que se encontra a escola e geram problemas adicionais de insegurança e mal-estar.

A tabela 4, aprofundada na leitura de seus dados, gerou o quadro 2 na página seguinte: situações apresentadas nos questionários remetem a análise dos dados através do quadro demonstrativo dividido em segmentos responsáveis pelos determinados problemas apresentados nas escolas pesquisadas.

As respostas dos alunos nos questionários não são apontados como os responsáveis pelos diversos problemas que implicam a prática pedagógica da escola pública, porém foram elencados de acordo com respostas apresentadas e o demonstrativo pretende justificar os problemas juntamente com o determinado segmento.

QUADRO 2 - DEMONSTRATIVO DOS PROBLEMAS DAS ESCOLAS

SEGMENTOS	ESCOLA X	ESCOLA Y
Escola	Falta de organização Sujeira Pichações Aulas no noturno precárias Vidros quebrados	Desordem Organização Brigas entre as meninas Atitudes mais rígidas Atividades culturais Mal cheio/esgoto Falta de professores Atividades diversas
Professores	Falta de autoridade Muita lição Pouco diálogo Falta estímulo	Professores qualificados Melhores aulas
Família	Falta de disciplina Falta de respeito Ouça com atenção Rebeldes Temas atuais	Muita liberdade Falta de educação
Alunos	Preconceito Agressão Vandalismo Bagunceiros	Racismo Brigas Discriminação Intimidações Desrespeito
Mantenedora	Má distribuição de verbas Merenda escola Cortinas nas salas Material pedagógico Falta de Laboratório de informática e ciência	Falta de recursos Merenda Cancha coberta
Segurança pública	Violência Briga na saída Falta de policiais Falta de segurança Patrulhamento diário Armas Drogas e tráfico	Violência e vandalismo Segurança na saída Vigilância Patrulha escolar Prostituição Marginais

Fonte: Dados extraídos da pesquisa de campo.

Alguns fatores internos apresentam um caráter duplo com características que dependem da construção de alternativas viabilizadas por cada escola, e outras situações que estão interligadas aos fatores sociais. Os alunos reconhecem os limites e possibilidades que as escolas apresentam. Os meios são sistematizados para garantir um ensino que atenda as necessidades da classe popular. Em uma das visitas a pesquisadora conheceu a Feira de Ciência organizada

pelos professores e alunos na escola Y. Os alunos estavam na escola com atividades na cancha e os demais nas salas de aulas. Os trabalhos estavam interessantes com explicações feitas pelos alunos. O evento é promovido pelo Grêmio Estudantil que aparenta ser um grupo participativo na escola, organizando atividades em consonância com a direção, que durante a Feira estava tirando fotos e conversando com os alunos. (Caderno de campo, 13/06/06)

Este momento gerou a seguinte reflexão: se houvesse por parte do Estado maior cuidado com o funcionamento material da escola e se os professores se empenhassem em educar, isto é, fazer do cotidiano escolar não um mero momento de transmissão de conhecimento congelados, mas transformá-lo em momento de formação cultural, social, ética estendendo esta ação à comunidade, com envolvimento e o comprometimento dos pais, haveria necessidade da interferência da Patrulha Escolar nas escolas? Estende-se aqui que os professores, não tendo as condições mínimas para educar e, nesse processo, resolver as situações de violência, quando não prevenindo-as chamam a polícia que, despreparada para o educar, faz na escola o que sabe fazer, isto é reprimir o que entende por violência com o uso da força e imposição de sua autoridade.

A escola não é um caso de polícia, mas deve tornar a ser um espaço de educação. Somente assim se previnem as situações de violência.

ANÁLISES DAS ESCOLAS SOBRE O PAPEL DA POLÍCIA

Pretende-se aqui apontar o papel da polícia dentro do Programa da Patrulha Escolar Comunitária e os efeitos percebidos pelos alunos e demais funcionários das escolas pesquisadas. Assim, situações são expostas pelos alunos como:

Os policiais aparecem de vez em quando só para deixar os alunos com certo receio (MEDO) e não nos passam segurança (Feminino)

Não estamos mais seguros sozinhos. Pois quando aparecem aqui manda nós para delegacia nos fazem passar por situações constrangedoras. (Feminino)

É preferível que eles nem venham até a escola porque eles são muito folgados. (Masculino)

Os alunos que respondem os questionários expõem situações vivenciadas, que não sentem a necessidade da polícia e apresentam aspectos negativos do trabalho. As chamadas realizadas a Patrulha Escolar são feitas por professores, pedagogos e direção.

Na próxima tabela os alunos revelam que não estão seguros com a presença da polícia no espaço escolar e que a postura autoritária apresentada demonstra abuso de poder. Há alguns alunos que são favoráveis à permanência do policial no espaço escolar de forma permanente e efetiva no interior e entorno deste local. Então, na escola X as respostas apontadas relatam que a polícia não traz segurança, sendo que 70,7% dispensa o serviço e na escola Y houve uma pequena diferença com 67,1% que apresentam a mesma visão.

TABELA 5 - A POLÍCIA NA ESCOLA GARANTIA DE SEGURANÇA

<i>O que pensam</i>	ESCOLA X		ESCOLA Y	
	<i>FRE</i>	%	<i>FRE</i>	%
Acham que não	60	70,7%	57	67,1%
Acreditam que sim	7	8,2%	8	9,4%
Mais ou menos	11	12,9%	12	14,1%
Não sabem	4	4,7%	8	9,4%
Não responderam	3	3,5%	0	0%
TOTAL	85	100%	85	100%

Fonte: Dados extraídos da pesquisa de campo.

Por que, então, chamar a polícia? Os professores poderiam lidar com as situações corriqueiras que são frutos da própria dinâmica escolar. A polícia não garante a segurança aos alunos da escola pública, e ainda gera situação de insegurança, medo e constrangimento.

Percebe-se que a questão do policial na escola é polêmica e gera também questionamentos que podem ser notados no trabalho do policiamento ostensivo:

O trabalho policial coloca para os policiais demandas conflitantes, como o fato de eles estarem presos no fogo cruzado entre demandas burocráticas por eficiência e a vocação em promover o valor moral da legalidade, que pode sacrificar a eficiência no interesse da proteção dos direitos dos cidadãos. (MENKE, 2000, p.107)

Na escola, participam de um ambiente desconhecido e exercem uma função fora do lugar ou até mesmo atendem a outros chamados feito pela população e uma sobrecarga de funções que desencadeiam a prática do policial. Isso faz com que ele questione o seu trabalho na escola. Desta forma, se prepararam para realizar palestras⁷ nas escolas com relação ao trânsito e seus cuidados, violência, drogas e outros. Conforme Couto, a presença da polícia nas escolas é ambígua e controversa:

A presença da polícia no contexto escolar é marcada por ambigüidades e tensões tanto nas relações que se estabelecem, quanto nas percepções dos professores, alunos e dos próprios policiais, sobre episódios relacionados à presença da polícia na escola. Ao mesmo tempo em que a intervenção policial é decisivamente demandada, ela é, também, marcada por controvérsias, reclamações e discussões constantes na escola. (COUTO, 2004, p.7)

Ao mesmo tempo em que a presença da polícia pode dar certa “segurança”, ela modifica a rotina da escola. Alguns alunos sentem-se constrangidos, violados, ao serem revistados no portão e questionados sobre o que fazem no local. Outros entram na escola xingando a direção por não tomar nenhuma atitude para protegê-los de tal humilhação. Apesar da falta de consenso, os policiais permanecem nas imediações da escola e, esporadicamente, entram em seu interior. Em determinadas situações recorre-se ao policial que residente com sua família no interior da escola a fim de atender casos que necessitam de atenção especial, evitando assim a

possível demora da Patrulha Escolar que poderá estar atendendo outra escola ou até mesmo a comunidade local.

Na escola Y os alunos durante as conversas informais relataram a morte de um colega recentemente envolvido com o tráfico. Depois do fato, a Patrulha Escolar Comunitária desenvolveu ciclo de palestras aos alunos. Para Charlot, existem situações que transcendem a responsabilidade e exigem a presença da polícia, como a existência do tráfico no interior da escola. Para entender melhor este processo educativo, recorre-se ao sociólogo Charlot, que explica:

Tal distinção é particularmente útil, não só porque permite não misturar tudo em uma única categoria, mas também porque designa diferentemente lugares e formas de tratamento dos fenômenos. Assim, um tráfico de drogas não depende do conselho de disciplina do estabelecimento, mas da polícia e da justiça; inversamente, um insulto ao ensino deve ser tratado pelas instâncias do estabelecimento e não justifica que se chame a polícia. Quanto à incivilidade ela depende fundamentalmente de um tratamento educativo. (CHARLOT, 2002, p.437)

Mas a necessidade de coibir o tráfico justifica realizar a revista dos alunos? Tratar todos como suspeitos, apenas porque são pobres? Essas questões geraram polêmica na época de uma revista. Em 2005, a coordenação do programa Patrulha Escolar e o Núcleo Regional da Educação de Curitiba convidaram os diretores e pedagogos dos estabelecimentos da rede estadual de ensino e demais interessados para participar de uma palestra com o Dr Guilherme Zanina Schelb ⁸para esclarecer a situação: na discussão surgiram dúvidas dos profissionais presentes, o que demonstra que o problema não pode ser solucionado com estas medidas. Retoma-se reflexões do livro *Violência e Criminalidade* de SCHELB, sobre a revista pessoal de crianças e adolescentes:

O fato de que crianças e adolescentes têm fácil acesso a armas de fogo e frequentemente as utilizam é uma realidade inegável. O grau de descontrole chegou a tal ponto que diversas escolas recorrem a revistas pessoais diárias em todos os alunos, ou até à implantação de detectores de metais no portão de entrada. Essas atitudes extremas são geradas pela ausência de uma estratégia permanente de prevenção e repressão a situações embrionárias de criminalidade infanto-juvenil; decorrem, especialmente, da omissão na identificação e no encaminhamento correto das situações de risco. *Revistas* pessoais em crianças e adolescentes somente devem ser realizadas com critério e diante de fundadas suspeitas, embora sem os rigores do Código de Processo Penal, tendo em vista que essa medida é utilizada em defesa dos próprios direitos dos jovens, considerando sua condição de pessoa em peculiar condição de desenvolvimento. Em qualquer caso, porém, é preciso ter o cuidado devido para não expor a vexame ou constrangimento as crianças e adolescentes submetidos à revista pessoal. A revista deverá ocorrer em local reservado, e na presença de testemunha (para garantia do próprio profissional). (SCHELB, 2005, p. 55)

Há que se criar formas diversificadas de combate às drogas, violências, sem interferir no processo educacional que deve ser função primordial e garantia aos alunos da escola pública. Para entender melhor esta questão recorre-se a pesquisa realizada por Silva, no que se refere as situações que a escola enfrenta e no que prejudicam o processo ensino-aprendizagem nas escolas públicas do Estado do Paraná.

A escola enquanto instituição social está inserida em um contexto histórico, sujeita às transformações que ocorrem neste contexto e também está vulnerável a todos os tipos de violências presentes na sociedade. Entretanto, enquanto espaço contraditório por meio dos seus rituais ela também pratica violências, ao não assegurar que o aluno aprenda, ao impor um determinado tipo de conduta e cultura reproduzindo relações sociais, mas nem isso deixa de ser espaço de luta e contestação. (SILVA, 2004, p.137)

Os profissionais da educação, em destaque o professor, têm se preocupado com esta cultura escolar que vem enfrentando nos últimos anos e não se percebe que diante deste processo educacional a maior violência existente seria o não cumprimento de suas atribuições previstas em regimento escolar e demais documentos vigentes de cada instituição no que se refere a sua prática pedagógica.

Mediante tal preocupação, em um dos documentos trabalhados com os profissionais das escolas públicas do Paraná, a professora Ivelise Freitas de Souza Arco-Verde aponta:

A Escola Pública que foi replanejada pela gestão 2003-2006, do governo Roberto Requião, traz uma luz diferenciada para a prática pedagógica sustentada sob uma intensa discussão de concepções que permeiam a organização do trabalho educativo nas escolas, além das reflexões sobre a ação docente, concretizadas por meio de um processo de formação continuada, na crença do professor como sujeito epistêmico e da implantação de programas nas escolas, com base na definição de políticas públicas para a educação. Todos esses elementos configuram a cultura escolar, a identidade das escolas, que precisa ser compreendida, clarificada, deixada transparente, pois esta compreensão lhe traz vida e lhe dá, cada vez mais, profissionalismo no trato com alunos. (ARCO-VERDE, 2006, p.23)

Nesta política vigente, existe uma atenção voltada à formação dos professores como princípio norteador da prática efetuada nesta gestão; mesmo assim não se percebe este reflexo na postura dos profissionais que vem delegando determinações e atribuições destinadas à polícia para atender “casos” que são possíveis de serem resolvidos no interior da própria escola. Existem fatos isolados como ameaças aos alunos, professores, violência simbólica, conflitos entre pais e profissionais da escola, problemas disciplinares, enfim, situações vivenciadas na escola que não caberia à Polícia Militar, que atende os chamados realizados pela instituição, mas que são problemas que os professores poderiam solucionar.

Para isso, seria necessário perguntar aos policiais: há necessidade de atender a solicitação feita pela escola? Portanto precisa-se avaliar e repensar que a polícia perde sua identidade neste contexto e que situações verdadeiras de agir de forma inteligente e investigativa são de suma importância, porém impedem de executar sua função pelas diversas ocorrências.

A realidade na escola pública, que deveria enfatizar determinados conceitos postos pela sociedade como desigualdade, exclusão, marginalidade, pobreza, pelo contrário emprega mecanismos de repressão estigmatizando os pobres, que são discriminados justamente pelo fato de serem entendidos como violentos e perigosos para a sociedade, são estigmatizados como

violentos por serem pobres.

Nesta relação entre pobreza e violência percebe-se o desgaste de espaços de discussões com os diversos segmentos que tratam dos problemas inerentes à sociedade. O Estado parte para atitudes mais repressivas para evitar que a classe burguesa seja atingida no retrato de violência. Para tanto, tem-se BONDARUK⁹, com seu trabalho no ramo policial menciona tal realidade:

Isso explica o senso comum de que a missão básica do Estado é “vigiar e punir” e que, fazendo isso eficientemente, o Poder Público estará bem cumprindo sua missão. Isso está nos discursos de dirigentes políticos, quando se fala muito em construir mais penitenciárias, comprar viaturas e armamento mais potente para a polícia, aumentar a gravidade das penas e pouco em aumentar as condições da educação, ou investir em programas efetivos de apoio à população carente. (BONDARUK, 2005, p.40)

Precisa-se de políticas públicas que atendam os nossos jovens a fim de inseri-los em programas contínuos para sua formação e não projetos que visem a garantia de interesse políticos, até porque estes são limitados e não existe uma continuidade. Assim faz-se necessário ouvir os jovens para discutir em condições democráticas o que pensam desta realidade brasileira. A realidade brasileira exige mudanças políticas urgentes que visem a uma distribuição da renda e de recursos mais igualitária em toda a sociedade.

CONCLUSÕES

A política pública destinada as escolas da rede estadual do Paraná fica evidente quando se discute o aumento da violência escolar e da insegurança por parte de profissionais da educação, pais e alunos. Uma das propostas é aumentar e reforçar a polícia militar e até mesmo adquirir carros para Patrulha Escolar.

A análise de cada instituição é importante, pois a escola de qualidade não pode ser acometida por problemas de insegurança, medo, terror, violência, uma vez que tais fatores deterioram o clima, as relações sociais, impedindo que a instituição cumpra o seu papel na construção do conhecimento.

A superação da uma cultura da gestão autoritária só vai acontecer com o debate público e a construção coletiva. Com a participação de toda comunidade escolar através dos conselhos de escola, conselhos de classe, grêmio estudantil, reuniões de pais a mães e reuniões pedagógicas que aprofundem a construção a cerca da escola pública, um direito merecido e digno aos alunos da classe trabalhadora.

A presença do policial nas escolas da rede pública foi, sem dúvida, um dos assuntos mais polêmicos da dissertação. Se por um lado, muitos pedem uma presença mais constante e ativa de policiais como única alternativa para se garantir a segurança, por outro lado há também os que identificam os policiais como agressores que só pioram o clima de insegurança no local. Essa divergência de opiniões ocorreu entre os alunos no decorrer da pesquisa.

(Endnotes)

- 1 Lei Nº 14231 - 26/11/2003; Publicado no Diário Oficial nº 6615 de 27/11/2003. Define critérios de escolha, mediante consulta à Comunidade Escolar, para designação de Diretores e Diretores Auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.
- 2 Regimento de cavalaria Coronel Dulcídio. RCD.
- 3 Resolução n.º 4101/2004 - SEED - O secretário do Estado da Educação, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de manter o atendimento do Programa “Leite das Crianças”.
- 4 Art 4º - Para efeito desta lei entende-se por: V professor; servidor público que exerce docência, suporte pedagógico, direção, coordenação, assessoramento, supervisão, orientação, planejamento e pesquisa exercida em estabelecimentos de ensino, núcleos, regionais da educação, secretaria de Estado da educação e unidades a ela vinculadas.
- 5 Art. 36. Os servidores do Quadro de Pessoal Permanente do Magistério Público Estadual, regidos pela Lei Complementar nº 7, de 22 de dezembro de 1976, ficam enquadrados no presente Plano de Carreira do Professor, no Nível correspondente à sua titulação(...).
- 6 Instrução 02/04-SUED, que regulariza e orienta sobre a hora-atividade, tem-se que este é um momento de planejamento e estudo na escola, o que determina que a mesma deve ser cumprida na escola e com atividades referentes ao trabalho pedagógico da escola e do professor.
- 7 III ENCONTRO ESTADUAL DE POLICIAIS - MILITARES DA PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA realizado em 18 a 22 de julho de 2006, em Faxinal do Céu - Pr.
Palestra intitulada: Abusos contra crianças e adolescentes – direitos e deveres da família, realizado no dia 8 de agosto de 2005, no Centro de Convenções de Curitiba com o Procurador da República -coordenador do Programa Nacional da prevenção da violência e da criminalidade infanto-juvenil.
Tenente-coronel PM Roberson Luiz Bondaruk, comandante do Regimento de polícia Montada do Paraná e conselheiro do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná.
- 8 Palestra intitulada: Abusos contra crianças e adolescentes – direitos e deveres da família, realizado no dia 8 de agosto de 2005, no Centro de Convenções de Curitiba com o Procurador da República -coordenador do Programa Nacional da prevenção da violência e da criminalidade infanto-juvenil.
- 9 Tenente-coronel PM Roberson Luiz Bondaruk, comandante do Regimento de polícia Montada do Paraná e conselheiro do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná.

REFERÊNCIAS

- ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza. *Introdução às Diretrizes Curriculares*. Paraná: SEED, 2006.
- BONDARUK, Roberson Luiz. *O império das Casas Abandonadas: crianças e adolescentes “de rua” e a polícia*. Curitiba: Universitária Champagnat, 2005.
- CANDAU, Vera Maria, LUCINDA, Maria da Consolação; NASCIMENTO, Maria das Graças. *Escola e Violência*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&, 2001.
- CHARLOT, Bernard. *A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão*. Porto Alegre: Interface, ano 4, nº8, jul./dez, 2002. p. 435.
- COUTO, Karine Gusmão do. *Violência e Escola: o que pensam os diferentes atores sociais sobre a intervenção policial na instituição escolar*. Belo Horizonte, 2003, p.116. Dissertação. (Mestrado em educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.
- GALVÃO, Izabel. Conflitos no cotidiano escolar. In: CARVALHO, José Sérgio (org). *Educação, Cidadania e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p.191.
- MENKE, B. A.; WHITE, M.F; CAREY, W. L. Profissionalização da polícia: Em busca de excelência ou de poder político? In: GREENE, Jack R. (org). *Administração do Trabalho Policial – questões e análises* Livro 5 da Série “Polícia e Sociedade”, Edusp, 2000. cap.4, p.85-116.

PARANÁ. Lei complementar nº103 de 15/03/2004. *Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná*. Publicado no Diário oficial nº 6687 de 15/03/2004.

_____. Lei nº 14.231 de 26/11/2003. *Define critérios de escolha, mediante consulta à Comunidade Escolar, para designação de Diretores e Diretores Auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná*. Publicado no Diário Oficial nº 6615 de 27/11/2003.

_____. *Projeto para implantação da Patrulha escolar na cidade de Curitiba*. Curitiba: Polícia Militar do Paraná - Projeto do Estado MAIOR, 1994.

_____. *Projeto Povo - Estratégias para difusão e implementação de polícia Comunitária*. Curitiba: Polícia Militar do Paraná - Projeto de 3ª seção do Estado Maior, 2003.

SCHELB, Guilherme Zanina. *Violência e criminalidade infanto-juvenil: intervenções e encaminhamentos*. Brasília: Editora do autor, 2004. 119 p.

SILVA, JUNIOR C. A. *A escola pública como local de trabalho*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Maria José Domingues da. *Para Onde Caminha a Educação: a Violência nas Escolas e suas Implicações para a Prática Pedagógica*. 2002. 78 p. Monografia (Especialização do Trabalho Pedagógico) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

_____. *Violências nas escolas, vozes ausentes: a perspectiva de pais ou responsáveis de escolas públicas*. Curitiba: 2004,153 p. Dissertação. (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná.